

EDITORIAL

Ed. Vol. 3, Núm. 6, 2016

A Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC-UFF), vem apresentar à comunidade acadêmica, com grande entusiasmo, o seu sexto número, adotando a linha editorial "O Estado na história e na contemporaneidade como basilar para o Direito Público e seus institutos".

Destacamos, no presente número, a perene internacionalização do periódico, que tem buscado cada vez mais publicar textos de autoras e autores estrangeiros em formato bilíngue, para que dialoguemos de maneira mais ampla com colegas de outros países. E que, de forma recíproca, o conhecimento gerado pelos pesquisadores que atuam no Brasil também fique acessível a um público mais abrangente, assim impulsionando o conhecimento e as ciências jurídicas e sociais, e ampliando o direcionamento e a abrangência da Revista Culturas Jurídicas.

No curso da linha supramencionada, os trabalhos que integram este sexto número da RCJ analisam aspectos importantes da formação do Estado na América Latina e no mundo a partir de autores-chave, ora investigam peculiaridades da administração estatal no século XXI.

Inicialmente, apresentamos o artigo do professor doutor indiano Arunoday Bajpai, da *Ambedkar University* (Agra, Índia), que trata do valor público como estrutura normativa através de uma avaliação comparada da reformulação da cultura administrativa na Índia e no Nepal, essencial para entender a mudança do paradigma administrativo-estatal nesses países.

O segundo artigo é dos professores doutores romenos Andrei Țăranu e Cristian Pîrvulescu, ambos da *National School of Political Studies and Public Administration* (Bucareste, Romênia). O supramencionado *paper* disserta sobre o conceito de confiança social e coalizões de governo no contexto de construção institucional e governança na Romênia pós-comunismo. A importância deste artigo se dá na medida em que debate um conceito - o de confiança - que decaiu durante as últimas décadas, gerando crises institucionais ao redor do globo.

O terceiro artigo é de autoria de Rose Dayanne Santos de Britto, doutoranda em Direito pela *Università degli Studi di Roma Tor Vergata*; nele, discute-se a teoria do direito natural de Thomas Hobbes e as diferenças de interpretações historiográficas sobre Hobbes

que o afirmam ora como defensor de um modelo autoritário, ora como idealizador de um modelo político liberal; essa digressão teórica se justifica na medida em que se tem em perspectiva a gênese do Estado moderno no autor inglês, crucial para compreender as metamorfoses que este sofreu até os dias hodiernos.

O quarto artigo do número em comento é de autoria do professor doutor Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira e do professor doutor David Francisco Lopes Gomes, ambos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); trata-se de artigo cujo propósito é reconstruir os debates sobre a atual Constituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990 e, em seguida, discutir os principais pontos e argumentos do debate contemporâneo acerca da mesma Constituição, sendo relevante contribuição para compreender o Estado de coisas atual da nossa ordem constitucional vigente e levantar um balanço de mudanças institucionais.

O quinto *paper* é de autoria do professor doutor Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e de Renan Saldanha de Paula Lima, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Trata-se de artigo que busca descrever o sistema coronelista, que teve o seu ápice durante a República Velha, e discutir a perpetuação de algumas de suas práticas no âmbito do processo político-eleitoral existente no Estado do Ceará até os dias atuais; dessa forma, destaca-se por trazer uma discussão que busca na história a origem de um fenômeno que afeta negativamente as instituições no cerne do Estado brasileiro até hoje.

O sexto artigo é de Raphael Marcelino de Almeida Nunes, mestrando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), que discorre sobre os impactos da implementação da nova Lei Anticorrupção sob a perspectiva de análise jurídica dos custos de transação. Sob este enfoque, realiza-se exame acerca das relações entre governança corporativa, *compliance* e os mecanismos de controle externo, estudando uma medida de reação à crise institucional da confiança estatal no Brasil.

O sétimo artigo é da lavra de Maria Laura Ronchi, mestranda em Direito pela UNILASALLE (Canoas, RS), e do professor doutor Antonio Carlos Wolkmer, do PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e discute a presença dos movimentos sociais que antecederam e deram força às novas ordens constitucionais no Brasil e na Bolívia, estudando esse momento de ruptura da ordem tradicional através da consciência e participação cidadã de setores sociais até então excluídos, movimento que inaugura um novo fenômeno de Estado no crepúsculo do século XX e alvorada do século XXI.

O autor do oitavo *paper* é o professor doutor Julio Cesar de Oliveira Vellozo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo (SP). Seu artigo aborda o contexto intelectual e político que deu origem ao Código Civil Argentino aprovado em 1869 e promulgado em 1871. Busca demonstrar que o seu debate foi mais um episódio da disputa de concepções que dividiu os seus intelectuais no século XIX, entre Vélez Sarsfield e Juan Bautista Alberdi; esse embate é representativo tanto dos modelos de Estado, quanto das narrativas sobre a nacionalidade que estavam em luta na Argentina desde o início do século XIX, discussões teóricas que eram centrais para a definição do que era Estado na América latina da época, e suas profundas raízes que se estendem até os tempos contemporâneos.

O último artigo do presente número é da lavra dos autores Leonel Severo Rocha, professor doutor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e Carlos Alexandre Michaello Marques, professor mestre da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Trata-se de estudo que tem por objetivo debater as relações entre o Sistema da Responsabilidade Civil e o Direito do Trabalho e a abrangência constitucional da Responsabilidade Civil com a ressonância da Dignidade Humana.

Na Seção *Entrevistas*, apresentamos colóquio com o Professor Ajunto de Direito Civil da Universidade de São Paulo (USP), Otávio Luiz Rodrigues Júnior. No curso da conversa, o docente discorre sobre a mescla público-privado na estrutura do Estado contemporâneo, sobre o papel deste na administração da justiça no contexto do discurso contra a corrupção, e as perspectivas da constitucionalização do direito civil.

Na Seção *Resenhas* deste número, apresentamos seis cômputos críticos de recentes e tradicionais obras relevantes, todas produzidas por graduandos em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF): (i) Daniel Centurion Barrionuevo, Francisco Cristóvão Monteiro da Silva e Marco Aurelio Monteiro de Barros Thome abordam o livro "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", de Friedrich Engels; (ii) Larissa Barbosa analisa a obra "Anarquia, Estado e Utopia", de Robert Nozick; (iii) Leonardo Carvalho examina o livro "Estado Plurinacional: a proteção do indígena em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte", de Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff; (iv) Paula Gabriela Darriba investigou o livro "Teoria do Estado Plurinacional: o novo constitucionalismo latino-americano e os direitos humanos", de Heleno Florindo da Silva; (v) Antônia Tavares, Carolina Lopez e Fabianne Felix exploram a obra "Sartre: Direito e Política", de Sílvio Luiz de Almeida; e (vi) por fim, Thaís Fróes apreciou o livro "Direito à diversidade e o Estado Plurinacional", de José Luiz Quadros Magalhães.

Na Seção *Comentário Legislativo*, apresentamos breves estudos analíticos sobre matérias legislativas recentes e polêmicas no Brasil. Bárbara Nogueira Nunes e Denise de Almeida Guimarães, mestradas do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), discorrem sobre a reforma da previdência (PEC 287, de 05/12/2016), em trâmite no Congresso Nacional, salientando a existência de desigualdade de gênero na aposentadoria voluntária. Também participa Felipe Reis Pompeu de Moraes, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), comentando sobre a Lei 11.079 de 2004, defendendo a inconstitucionalidade e a fragilidade da concessão administrativa não patrocinada em uma Parceria Público-Privada, que ele chama de uma "Terceirização de serviços públicos disfarçada".

Por fim, na Seção *Resumos*, expomos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos anos de 2015 e 2016 em diversos Programas de Pós-Graduação em Direito distribuídos pelo Brasil; (i) Antonio Carlos Fialho Garselaz, do PPGD da Unilasalle Canoas, com o trabalho "Pluralismo Jurídico e Acesso à Justiça: as audiências públicas como meio alternativo de resolução de conflitos dos novos sujeitos de direito"; (ii) David F. L. Gomes, do PPGD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a tese "A Constituição de 1824 e o Problema da Modernidade: o Conceito Moderno de Constituição, a História Constitucional Brasileira e a Teoria da Constituição no Brasil"; (iii) Fábio Gabriel Breitenbach, do PPGD da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com a dissertação "A Força Vinculante dos Precedentes no CPC/2015: contributo para a racionalidade nas decisões judiciais"; (iv) Fabrício José Rodrigues de Lemos, do PPGD da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com a dissertação "Justiça Global: As críticas e os avanços de Thomas Pogge em relação à teoria de justiça rawlsiana"; (v) Helio Pentead, do PPGD da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o trabalho "Dimensão Epistêmico-Jurídica da Dignidade da Pessoa Humana: contribuição para uma teoria epistemológico-juridicamente fundamentada dos direitos humanos"; (vi) Henrique Candido da Silva, do PPGD da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a dissertação "A intervenção humanitária e a (in)decisão soberana"; (vii) Henrique Lenon Farias Guedes, do PPGD da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a dissertação "Comércio e conflito: a privatização da segurança internacional e a regulação multinível do mercado de empresas militares privadas"; (viii) Ilany Caroline da Silva Leandro, do PPGD da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a dissertação "Taxas Bancárias e Financeiras da Análise Cadastral: obstáculo a efetivação de direitos fundamentais do consumidor"; (ix)

Jailton Macena de Araújo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a tese "Função Emancipadora das Políticas Sociais do Estado Brasileiro: conformação das ações assistenciais do programa bolsa família ao valor social do trabalho"; (x) Júlia Maia de Meneses Coutinho, do PPGD da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com a dissertação "Fidelidade Partidária e Separação de Poderes: Conflitos e Insuficiências na democracia brasileira"; (xi) Karin Becker Lopes, do PPGD da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com a dissertação "A igualdade substancial entre os sexos: estudo sobre a participação das mulheres brasileiras na política"; (xii) Luis Carlos de Moraes, do PPGD da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com a dissertação "Conciliação Judicial: uma abordagem crítica"; (xiii) Luiz Guedes da Luz Neto, do PPGD da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a dissertação "Agências Reguladoras: uma promessa não realizada contra o processo da captura"; (xiv) Marcio Cristiano de Gois, do PPGD da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com o trabalho "Capitalismo e Escravidão Contemporânea: reflexões críticas sobre a (in)eficácia dos mecanismos de combate à escravidão no Brasil"; (xv) Morton Luiz Faria de Medeiros, do Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a tese "A denúncia anônima e sua importância na proteção dos direitos fundamentais no Brasil"; (xvi) Natalia Martinuzzi Castilho, do PPGD da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com a dissertação "Pensamento descolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo a partir da obra de Joaquin Herrera Flores"; (xvii) Stanley Souza Marques, do PPGD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a dissertação "A Identidade do Sujeito Constitucional e o Direito Fundamental à Licença-Paternidade: da paternidade tradicional às paternidades constitucionais"; (xviii) Synara Veras de Araujo, do PPGD da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com o trabalho "Educação em direitos humanos através do cinema: experiência docente no sertão central de Pernambuco"; e (xix) Tassiana Moura de Oliveira, do PPGD da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com a dissertação "Segurados vs Previdência: o STF como "mão amiga" do Poder Executivo".

Finalmente, só nos resta gratificar e homenagear as autoras e os autores que grandemente nos felicitam com aportes tão únicos e significativos para o campo jurídico, e para o engrandecimento desta revista. Logo, sob bons auspícios e com grande prazer, publicamos o presente volume, que decerto apresenta ao público interessado contribuições substantivas, que, sem dúvida, provocarão notáveis considerações. Ademais, lembramos que a

RCJ mantém seu espaço aberto para o recebimento de trabalhos empenhados em fortalecer a dialética entre as diversas culturas jurídicas.

Niterói, 30 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Enzo Bello

Editor-Chefe da RCJ

Mestre Kelly Felix

Editora-Assistente da RCJ

Mestrando Guilherme Caneloro Ribeiro

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Pablo Ronaldo Gadea de Souza

Editor-Assistente da RCJ

Graduanda Anna Terra Pereira Basso

Estagiária

Graduanda Maria Clara Cosati

Estagiária

Graduando Isaac Marsico do Couto Bemerguy

Estagiário